



## SEÇÃO LIVRE

### A Guiana e o Brasil: da crise da república cooperativa à abertura democrática (1977-1986)

*Guyana and Brazil: From the Crisis of the Cooperative Republic to the Democratic Opening (1977-1986)*

*La Guyana y el Brasil: De la Crisis de la República Cooperativa a la Apertura Democrática (1977-1986)*

Iuri Cavlak<sup>1</sup>

[orcid.org/0000-0001-5175-8979](https://orcid.org/0000-0001-5175-8979)  
[iuricavlak@yahoo.com.br](mailto:iuricavlak@yahoo.com.br)

**Recebido em:** 15/4/2019.

**Aprovado em:** 6/11/2019.

**Publicado em:** 30/04/2021.

**Resumo:** Após se declarar uma república cooperativa, a Guiana passou por dois processos marcantes: internamente, estatizou a produção de bauxita e açúcar, fortalecendo o poder do Estado sobre a população; externamente, buscou protagonismo nos países não alinhados e no terceiro mundismo, com apoio de Cuba e da China. Em um contexto de crise econômica e disputa territorial com a Venezuela, por um lado, e de vários movimentos socialistas no Caribe e na América Central, por outro, o país obteve do Brasil uma parceria de alto nível, garantindo desafogo comercial e, ao mesmo tempo, respaldo político. Analisando a documentação que os ministros das Relações Exteriores produziram para a análise dos generais presidentes, intento refletir de que forma a Guiana se movimentou no cenário internacional, tendo em vista a diplomacia brasileira e a sua capacidade de absorção desse complicado país em sua zona de influência. Ressalto se tratar de uma série documental ainda inédita, recurso precioso para a pesquisa sobre a Guiana no Brasil.

**Palavras-chave:** Diplomacia. História. Política. Guiana. Brasil.

**Abstract:** After declaring itself a cooperative republic, Guyana underwent two remarkable processes: internally, it nationalized the production of bauxite and sugar, strengthening the power of the State over the population; externally, sought to play a leading role in the non-aligned countries and in the Third World, with the support of Cuba and China. In a context of economic crisis and territorial dispute with Venezuela, on the one hand, and several socialist movements in the Caribbean and Central America, on the other, the country got a high-level partnership from Brazil, guaranteeing commercial release and at the same time political support. Analyzing the documentation that the foreign ministers produced for the analysis of presidential generals, I try to analyze how Guyana has moved on the international scene, in view of Brazilian diplomacy and its capacity to absorb this complicated country in its zone of influence. I emphasize that this is an unpublished documentary series, a precious resource for research on Guyana in Brazil.

**Keywords:** Diplomacy. History. Politics. Guyana. Brasil.

**Resumen:** Después de declararse una república cooperativa, Guyana pasó por dos procesos marcados: internamente, estatizó la producción de bauxita y azúcar, fortaleciendo el poder del Estado sobre la población; externamente, buscó protagonismo en los países no alineados y en el tercer mundismo, con el apoyo de Cuba y de China. En un contexto de crisis económica y disputa territorial con Venezuela, por un lado, y de varios movimientos socialistas en el Caribe y en América Central, por otro, el país obtuvo de Brasil una alianza de alto nivel, garantizando un desafío comercial y al mismo tiempo respaldo política. Analizando la documentación que los ministros de las Relaciones Exteriores produjeron para el análisis de los generales presidentes, intento reflexionar de qué forma Guayana se movió en el escenario internacional, teniendo en vista la



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

<sup>1</sup> Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, AP, Brasil.

diplomacia brasileira y su capacidad de absorción de ese complicado país en su zona de influencia. Resalto se trata de una serie documental aún inédita, recurso precioso para la investigación sobre la Guyana en Brasil.

**Palabras clave:** Diplomacia. Historia. Política. Guyana. Brasil.

## Introdução

A Guiana, segundo menor país da América do Sul, protagonizou um regime político e econômico *sui generis*, caracterizado oficialmente como república cooperativista, decretada em 12 de fevereiro de 1970. Na política, o poder foi hegemonizado pelo *Peoples National Congress* (PNC), através de seu líder, Forbes Burnham, sustentando-se via fortalecimento do Estado, através da estatização dos setores chaves de exploração de bauxita e de açúcar, e, dentro do aparelho de Estado, da cristalização de uma elite negra em contraposição à etnia indiana. Burnham foi eleito em 1964, como chefe de gabinete, cargo mais alto logo após o governador colonial. Em 1966, com a independência, foi confirmado como primeiro-ministro, permanecendo até a sua morte, em agosto de 1985 (RABE, 2005).

Nesse período, a Guiana buscou alianças com países fora do bloco Ocidental, tais como Cuba e União Soviética. A sua política externa esteve marcada pelo discurso terceiro mundista e apoio a descolonização africana, tendo sediado encontro de cúpula e participado da presidência do "Movimento dos Países Não Alinhados" e se filiado à Organização pela Libertação da Palestina (OLP). Foi membro fundador do Mercado Comum do Caribe (CARICOM), em 1973 (LIMA, 2011).

Por outro lado, sofrendo contestação territorial na *Guiana Essequiba*, cerca de 2 terços de suas terras a oeste, pela Venezuela, e no *New River Triangle*, faixa de terras mesopotâmicas a leste, pelo Suriname, buscou uma aliança de alto nível com o Brasil para preservar a sua soberania lideira e aferir apoio comercial e financeiro para dinamização da sua economia.

A partir da segunda metade dos anos 1970, com a crise do petróleo e certa retração da política externa norte-americana na América do Sul, Central e Caribe, surgiram movimentos políticos em

países do entorno de caráter socialista, reforçando o discurso ideológico guianês e legitimando-o na esfera das relações internacionais. Destaco, nesse sentido, o governo de Michael Manley, na Jamaica, a guerrilha sandinista, na Nicarágua, a Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional (FMLN), em El Salvador, o governo de Maurice Bishop, em Granada, e o regime militar de Desi Bouterse, no Suriname. Internamente, o principal partido de oposição, o *Peoples Progressive Party* (PPP), se declarou marxista-leninista, considerado o partido comunista local. Liderado por Cheddie Jeagan, conquistou uma identificação com a maioria da população guianense, de etnia indiana.

Embora as ligações objetivas desses movimentos internacionais e regimes políticos fossem tênues entre si, a potencialidade de crescimento era considerável, tendo em vista o poder de barganha no contexto da Guerra Fria e a possibilidade de outros países aderirem, como um "dominó", (na expressão alarmista do Departamento de Estado norte-americano). No Caribe, Cuba tentava desesperadamente furar o bloqueio estadunidense, levando-a a apoiar de várias maneiras governos dissidentes e/ou movimentos que poderiam se contrapor à ordem vigente.

O Brasil, por ser uma das economias mais importantes da região, não poderia deixar de se preocupar com esse cenário. Mais do que isso, utilizando a clássica conceituação de Paulo Vizenini, ao protagonizar o "pragmatismo responsável", entre 1974 e 1979, e a "diplomacia do universalismo", entre 1979 e 1985 (VIZENTINI, 1998), Brasília logrou enquadrar diplomaticamente esses países. No caso da Guiana, referendou o seu governo influenciando para que o mesmo não desenvolvesse ligações mais estreitas com o bloco soviético.

Neste artigo, centrando-se no caso da Guiana, minha hipótese é que o Brasil apoiou e defendeu a república cooperativista, de maneira crítica e profissional, controlando a possível esquerdização do regime e influenciando decisivamente na manutenção de um clima amistoso, o que afastou a violência da política externa norte-americana, galvanizada a partir de 1981 com a administração Reagan.

O método para a condução das análises foi o acompanhamento do material diplomático

contido numa série de relatórios produzidos pelo Itamaraty, assinados pelo ministro das Relações Exteriores e entregues e/ou discutido com os respectivos generais presidentes, de sorte a mapear as análises conjunturais e as tomadas de decisões. São documentos recém disponibilizados para consulta, em certos casos utilizados em reuniões presenciais entre o ministro e o presidente, em outros enviados para conhecimento desse último. Alguns encontram-se rasurados e modificados após as reuniões, outros se mantêm na integralidade da versão original. Embora parcialmente limitados, se revestem de importância tendo em vista a dificuldade de encontrarmos outros registros históricos sobre a Guiana no Brasil. É possível refletirmos tanto sobre a relação brasileira *vis à vis* quanto sobre as peculiaridades de um pequeno país sul-americano, de identidade caribenha e independência tardia, em busca do melhor lugar possível no concerto das nações.

O recorte temporal escolhido tem a ver com o entendimento de que a Guiana se estabilizou internacionalmente a partir da segunda metade dos anos 1970, ao mesmo tempo em que viveu crises internas gravíssimas do ponto de vista econômico. A reabertura do conflito fronteiriço com a Venezuela, congelado por acordos assinados em Trinidad e Tobago, em 1970, incendiou ainda mais a situação. O Brasil, sobretudo com a montagem do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), em 1978, foi o grande ator regional, fiador e até certo ponto controlador do cooperativismo socialista. A morte de Burnham e a ascensão do governo civil de José Sarney marcou o fechamento desse período, com a Guiana abandonando o socialismo e o Brasil o regime militar.

Dado o objetivo principal de analisar a Guiana, deixei de lado nuances e problematizações envolvendo a política externa brasileira de *per sí*, pressuposta aqui, em linhas gerais, como uma continuidade entre a segunda metade do governo de Ernesto Geisel e o final do mandato de João Baptista Figueiredo.

## 1 A Guiana no contexto do Tratado de Cooperação Amazônica

Em janeiro de 1977, o chanceler brasileiro Antônio Azeredo da Silveira, mostrou ao presidente Geisel a minuta das cartas enviadas aos respectivos chanceleres dos países convidados a fazer parte do Tratado de Cooperação Amazônica. Os que já estavam a par dessa iniciativa eram a Bolívia, Colômbia, Equador, Venezuela, Peru e Guiana, sendo que o Suriname, segundo Silveira, deveria igualmente ser relacionado. De acordo com o ministro:

À inclusão do Suriname no esquema proposto – embora esse país, fisicamente, não faça parte da Bacia Amazônica – atenderia, a meu ver, aos propósitos mais amplos da integração continental e ajustar-se-ia à conceituação de bacia como “unidade adequada para programas de desenvolvimento e integração física”, não necessária e diretamente ligados a uma área de drenagem hidrográfica.<sup>2</sup>

Na versão enviada para o chanceler da Guiana, Frederick Rudolph Wills, o ministro brasileiro explicava:

Estou convicto que a ação coordenada dos países amazônicos, compreendida no sentido indicado, longe de acentuar as desigualdades entre as diferentes áreas sub-regionais, tenderá, ao contrário, à intensificação das correntes comerciais, à complementação econômica, ao aprimoramento das estruturas sociais e, conseqüentemente, ao enriquecimento geral.<sup>3</sup>

Sobre o discurso ecológico, a postura brasileira era clara no sentido de subordiná-lo ao desenvolvimento econômico *tout court*:

Não desconhecemos também as tentativas internacionais de caráter ecológico-ambiental, destinadas a preservar a Amazônia como região intocável, para servir de filtro compensatório da poluição universal ou, inconfessadamente, como reservas de matérias estratégicas. É evidente que essa postura internacional acarretaria como corolário a limitação dos esforços dos países amazônicos visando à utilização dos recursos naturais da sub-região e sua valorização econômica e social.<sup>4</sup>

Pode-se interpretar como uma postura altiva do Brasil em relação aos países desenvolvidos,

<sup>2</sup> Informação para o Senhor Presidente da República. “Institucionalização do Processo Amazônico”. 26 de janeiro de 1977.

<sup>3</sup> *Ibidem*.

<sup>4</sup> *Ibidem*.

que já haviam feito sua revolução industrial e desmatados as suas respectivas florestas e, ao mesmo tempo, um desprezo pelo discurso de proteção ambiental que ganhava espaço progressivamente nos fóruns internacionais.

Em outras palavras, entendemos que a solidariedade inerente a um movimento de cooperação sub-regional sobrepõe as tentativas de "internacionalização" da Amazônia o princípio de sua "regionalização", com ênfase na segurança de que a ação conjunta não signifique, de modo algum, abdicação da parcela de soberania de cada Estado.<sup>5</sup>

No tratado, as seguintes áreas foram contempladas: "Navegação; interconexões rodoviárias, ferroviárias, fluviais, aéreas, elétricas e de telecomunicações; assistência técnica e intercâmbio tecnológico; proteção da flora e da fauna; saúde; complementação econômica sub-regional; comércio fronteiriço e turismo".<sup>6</sup>

Proposta de reuniões de cúpula periódica entre os chanceleres e chefes de Estado, de modo a implementar essas iniciativas de maneira unificada. A regionalização implicava a hegemonia brasileira, enquanto que a internacionalização certamente a norte-americana, o que fora bem captado por Georgetown.

No mês seguinte, Azeredo da Silveira conversou com um diplomata guianense, Miles Stoby que por sua vez voltara de Georgetown após participar de reunião anual com todos os chefes de missão diplomática no estrangeiro, ministro das relações exteriores e o primeiro ministro, Forbes Burnham. Nesse tipo de reunião se realizavam balanços da diplomacia guianense, apontando mudanças e permanências para os anos seguintes. De acordo com Stoby, a relação com o Brasil seguia essencial, com todos os esforços para mantê-la "no mais alto nível de cordialidade e efetividade".<sup>7</sup>

Em junho de 1977, noticiava-se a primeira reunião da nova Comissão Mista Brasil-Guiana, uma

iniciativa iniciada em 1968 e reafirmada em acordos de 1972. Tratava-se da junção das antigas comissões de cooperação econômica e cultural. No entendimento de ambos os governos, essas comissões antigas haviam servido para estudos e levantamento de possibilidades, com pouca coisa sendo instituída na prática. Daí a necessidade de um novo desenho mais centralizado e com poderes expandidos para propor e executar diretrizes.

No quesito infraestrutura, os principais projetos eram a construção de uma ponte sobre o rio Tacutu, no bojo da pavimentação de rodovia ligando Boa Vista a Georgetown, e a criação de uma zona franca para produtos brasileiros na capital da Guiana, uma vez realizada essa ligação terrestre, até então inexistente:

A prevalecer esse ponto-de-vista, a Comissão Mista poderia reservar sua próxima reunião ao estudo da implementação de uma linha regular de crédito à Guiana, já oferecida formalmente àquele país, e a apreciação substantiva de programas de cooperação e assistência nas áreas científica, técnico-cultural, industrial, agrícola e esportiva.<sup>8</sup>

Em 1971 havia sido oferecido um crédito de 3 milhões de dólares, através do Banco do Brasil, para que a Guiana importasse produtos brasileiros tendo em vista a construção da rodovia ligando a fronteira com Roraima até a capital. Por alegados "problemas conjunturais", o dinheiro nunca chegou ao governo guianês. A nova comissão mista teria então a tarefa de viabilizar essa linha de financiamento, incluindo, na obrigatoriedade de compra, "produtos químicos, siderúrgicos, máquinas e equipamentos em geral".<sup>9</sup>

Na área agrícola e industrial, Burnham solicitara auxílio técnico para a cultura da soja, óleo vegetal, "impacto ecológico da construção de reservatórios e projetos hidrelétricos em áreas tropicais, dados hidrológicos e meteorológicos". Intercâmbio estudantil com a Universidade da Guiana, visando troca de alunos, publicações e dados científicos.

<sup>5</sup> *Ibidem*.

<sup>6</sup> *Ibidem*.

<sup>7</sup> Confidencial. Informação para o Senhor Presidente da República. "Relações Brasil-Guiana". 25 de fevereiro de 1977.

<sup>8</sup> Secreto. Informação para o Senhor Presidente da República. "Relações Brasil-Guiana. Primeira Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Guianense. 21 de junho de 1977.

<sup>9</sup> *Ibidem*.

Azeredo da Silveira concluiu que o clima do governo guianês para o Brasil era o melhor possível, sendo pertinente então aproveitar desse momento para instituição de acordos bilaterais.<sup>10</sup>

## 2 A primeira crise interna da Guiana e o protagonismo brasileiro

Uma espécie de "tempestade perfeita" se abateu sobre a Guiana no segundo semestre de 1977. O partido comunista de Cheddie Jagan havia declarado "suporte crítico" ao governo, de sorte a apoiar a economia estatizada e o posicionamento internacional do país, ao mesmo tempo combater as fraudes eleitorais e a instrumentalização do Estado enquanto fomentador da hegemonia negra contra as outras etnias. Uma queda conjuntural na produção de bauxita e de açúcar, aliado aos altos preços do petróleo, conferiu uma dificuldade hercúlea ao balanço de pagamentos da nação. Um período de crise política e econômica se abriu.

O ministro das Relações Exteriores, Frederick Wills, convocou o embaixador brasileiro. Na conversa:

Referiu-se à situação política guianense como "gravíssima", em virtude do que considera tentativa do líder do Partido Comunista, Cheddi Jagan, apoiado pela União Soviética e contando com certa dubiedade de Havana, de derrubar o Governo do Primeiro Ministro Forbes Burnham. Essa tentativa se estaria verificando mediante fomentação de crise econômica no País, do que seriam indícios a presente greve dos trabalhadores da indústria açucareira e atos de sabotagem em estoques de arroz, em momento particularmente difícil para a economia guianense.<sup>11</sup>

O chanceler guianense pedia urgentemente envio de auxílio financeiro, de modo a evitar a queda do país num governo comunista.<sup>12</sup>

O chanceler brasileiro ponderou que, com a Comissão Mista, uma linha de entendimentos já havia sido traçada e estava se desenvolvendo. Recapitulando os entendimentos prévios, Aze-

redo repetiu o que havia sido dito pelo Conselho de Segurança Nacional, com o endosso do presidente Geisel:

a fim de conter, neutralizar e, se possível, eliminar a influência de países comunistas na Guiana, bem como atraí-la progressivamente para a comunidade sul-americana .... (seria conveniente) .... desenvolver iniciativas adequadas para, eliminando eventuais desconfianças recíprocas, propiciar maior aproximação entre Brasil e a Guiana e, em decorrência, melhor nível de cooperação, particularmente no setor econômico.

Assim, respaldado pela opinião presidencial, Azeredo sugeria de imediato crédito financeiro entre os Banco Centrais, créditos completos para que a Guiana comprasse materiais agrícolas do Brasil, venda subsidiada de arroz, milho e outros produtos primários brasileiros. A embaixada brasileira em Georgetown realizou um estudo rápido da situação política da Guiana, e uma projeção dos impactos que a ajuda brasileira poderia causar. Acionou-se o representante brasileiro no Fundo Monetário Internacional (FMI), Alexandre Kafka, que por sua vez confirmou a possibilidade, por parte do fundo, de empréstimo de 30 milhões de dólares. Os países do Caribe, comandados por Trinidad e Tobago, outrossim planejavam um aporte de 200 milhões de dólares para a Guiana, embora sem previsão de data. Finalizava o chanceler brasileiro com o conselho de uma ajuda imediata "entre 3 e 5 milhões de dólares".<sup>13</sup>

Em telegrama enviado de Georgetown, explicou o representante diplomático brasileiro, Asdrubal Ulyseu:

A Guiana vive, sem dúvida, momento decisivo de sua história, podendo manter o seu curso de gradativa socialização com a presença de elementos moderados e moderadores ou ter esse curso alterado pela ação violenta do Partido Comunista – PPP – cujo líder Cheddi Jagan com ostensivo apoio da Embaixada da União Soviética e conivência da representação cubana, julgando chegado o momento de derrubar, por quaisquer meios, a liderança do Primeiro Ministro Forbes Burnham.<sup>14</sup>

<sup>10</sup> *Ibidem*.

<sup>11</sup> Secreto. Informação para o Senhor Presidente da República. "Situação Política na Guiana. Pedido de auxílio financeiro ao Brasil". 31 de agosto de 1977.

<sup>12</sup> *Ibidem*.

<sup>13</sup> *Ibidem*.

<sup>14</sup> ULYSSEA, Asdrubal. [Correspondência]. Destinatário: Excelentíssimo Ministro das Relações Exteriores. Georgetown, 30 de ago. 1977. Telegrama Secreto-Exclusivo Urgentíssimo. "Crise na Guiana. Avaliação Global".

Para a Embaixada brasileira, isso ocorria pela conjunção de fatores, a percepção que os comunistas perderiam as eleições próximas, a queda do preço internacional do açúcar e as dificuldades da produção de bauxita, momentaneamente em crise por conta de inundações das principais minas.

A União Soviética, atéh (sic) então cautelosa, numa reavaliação das possibilidades de êxito do seu aliado Jagan, decidiu entrar com sua influência para fazer da Guiana uma Cuba no continente [...] O ministro Frederick Wills, com quem tenho estado quase diariamente, confidenciou-me ter ameaçado declarar "persona non grata" ao encarregado de negócios soviético, por sua interferência e instigação junto aos grevistas da indústria açucareira.<sup>15</sup>

Segundo esse relatório, a crise se agravava por conta do aumento do preço do petróleo e o incremento da descapitalização da economia guianesa. Existiriam reservas em torno de 20 milhões de dólares, para compromissos da dívida externa vencendo naquele momento na casa de 48 milhões de dólares. Estudava-se também o posicionamento de outras nações em relação a essa crise:

O governo dos Estados Unidos da América, que segue de perto a evolução da crise, estah (sic) grandemente interessado em não perder essa oportunidade de anular, ou, pelo menos, diminuir a dependência desse país face ao bloco comunista. Washington estuda a possibilidade de apressar os seus mecanismos burocráticos, a fim de, através de auxílio financeiro, retomar uma posição de relacionamento mais amistoso com a Guiana. Confidencio-me o encarregado de negócios John Blacken que, em recente visita de grupo econômico a Trinidad, discutiu-se, em Port-of-Spain, a possibilidade de formação de um consorcio entre os Estados Unidos, Trinidad, Grã-Bretanha, Canada e, eventualmente, Venezuela, para prestação de facilidades creditícias ao governo Burnham.<sup>16</sup>

O auxílio imediato do Brasil significaria, no entender da embaixada brasileira em Georgetown, não só o salvamento do governo Burnham, senão sua manutenção no campo de influência brasileira, além de pavimentar uma projeção ao Caribe:

O gesto do Brasil contribuiria para romper com a situação anômala de quase completo

isolamento entre os dois países, motivadas por dificuldades de comunicação e pelo fato da Guiana achar-se inteiramente voltada para o Caribe. A atitude brasileira causaria, assim, impacto não soh (sic) nesse país com teria repercussão favorável em Trinidad e Tobago, Grenada, Saint-Lucia, Dominica, Jamaica e Barbados, que acompanham com interesse a evolução da Guiana.<sup>17</sup>

Mesmo o CARICON parecia aguardar o posicionamento do Brasil perante a crise. No mesmo dia, em outro telegrama, Asdrubal Ulyssea relatou o seu encontro com Forbes Burnham e, posteriormente, com o chanceler Wills e com o ministro da Economia, Desmond Hoyte. Reiterou a gravidade da situação econômica e política, e as possibilidades imediatas de ajuda brasileira. Sobre isso, as autoridades guianesas teriam ficado animadas e extremamente gratas.<sup>18</sup> A ajuda do CARICON e do consórcio liderado pelos EUA, tal como indicou o embaixador, aparentemente não se concretizou. Não foi possível encontrar referência a esse prometido aporte nem na documentação subsequente nem na bibliografia especializada.

Encontrei na série documental aqui em apreço um memorando, com o título escrito a lápis, "Auxílio Financeiro a Guiana", abaixo datilografado "Informação Para o Senhor Presidente da República" (rasurado, escrito primordialmente "Ministro de Estado"). Nele afirmava-se uma reunião entre o ministro Álvaro da Costa Franco Filho e o "conselheiro" Rubens Ricupero com Fernão Bracher, então diretor da área externa do Banco Central, ocorrida em 12 de setembro de 1977. A ajuda a Guiana seguiu na seguinte forma:

Concessão pela CACEX de uma linha de crédito no montante de US\$ 5 milhões a entidade financeira guianense a ser determinada, para financiamento de importações de bens brasileiros, vencendo juros de 7% a.a, com as seguintes condições de amortização: bens de capital -8 anos, bens de consumo durável - 2 a 3 anos, bens de consumo corrente - até 1 ano. 2) empréstimo de 5 milhões, sob forma de depósito do Banco Central do Brasil no Banco Central da Guiana, nos seguintes prazos: US\$ 1 milhão a 120 dias, US\$ 1 milhão a 150 dias,

<sup>15</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>16</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>17</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>18</sup> Telegrama Secreto-Exclusivo Urgentissimo. De BRASEMB Georgetown para Exteriores Brasília. "Crise na Guiana". 30 de agosto de 1977.

US\$ 1 milhão a 180 dias, US\$ 1 milhão a 210 dias, US\$ 1 milhão a 240 dias.<sup>19</sup>

Para o diretor do Banco Central, seria um modelo ideal porque obrigaria ao governo guianês a soliciar periodicamente a renovação dos depósitos, aumentando o poder de barganha brasileiro, e "possibilidade de ação coordenada entre o Banco Central e o Itamaraty, de forma a permitir que atitude mais rigorosa do Banco Central seja atenuada pela intervenção política do Itamaraty". Ao falar ao telefone com o ministro da Economia Mário Henrique Simonsen, esse último instruiu o Banco Central a liberar apenas US\$ 3 milhões<sup>20</sup> (afinal a cifra que se efetivou foi mesmo de US\$ 5 milhões).<sup>21</sup>

No final desse ano, delegações de Bolívia, Equador, Colômbia, Peru, Guiana e Suriname estiveram em Brasília discutindo detalhes a respeito do pacto de cooperação amazônica. A opinião do chanceler brasileiro era de que a reunião fora extremamente produtiva, com a colaboração e o entendimento de todas as delegações.<sup>22</sup>

Assinado em julho de 1978, o Tratado Amazônico entrou em vigor numa fase em que a geopolítica da região foi tensionada pela chegada ao poder de governos esquerdistas em Granada, 1979, e no Suriname, 1980, além dos sandinistas na Nicarágua e do movimento político em El Salvador, possibilitando nova correlação de forças para a própria Guiana. Bishop, Primeiro Ministro de Granada, Bouterse, líder do golpe militar no Suriname e Burnham, presidente da Guiana, respectivamente, os três "Bs", galvanizaram preocupações nos recém-inaugurados governos de Thatcher na Grã-Bretanha e Figueiredo no Brasil.

Em entrevista com Lord Carrington, secretário de estado das Relações Exteriores do Reino Unido, Figueiredo, relacionando problemas econômicos com o avanço do comunismo, comentou: "O exemplo de Cuba já atingiu o Caribe, e pode

vir para o Brasil", no que o representante inglês, entre outras coisas, respondeu: "Eu conversei com os americanos recentemente [...] se mostraram preocupados com a América Central e o Caribe, com a Guiana, Granada, Jamaica. Pediram-nos, e aos franceses, que fizéssemos todo possível para ajudar na região".<sup>23</sup>

No que tangia a Guiana, a complexidade da situação repousava tanto na possibilidade concreta de radicalização de Burnham, em aliança com os novos governos da vizinhança, quanto na sua substituição por Cheddie Jagan, então visto como muito mais perigoso e radical.

Ao comentar sobre o papel dos EUA com a região naquele momento da história, o chanceler brasileiro criticou:

Não existe, assim, diálogo diplomático, permanente e aberto, entre os EUA e a América Latina. Não existe sequer uma "política" dos Estados Unidos em relação ao continente. É difícil trabalhar em conjunto com os norte-americanos, porque ainda vêem (sic) os latinos americanos com superioridade e distância.<sup>24</sup>

Por conta da "I Reunião de Ministros dos Países Membros do Tratado de Cooperação Amazônica", ocorrido em Belém, esteve em conversas com autoridades brasileiras o chanceler da Guiana, Esmond Jackson. Reafirmando alinhamento com Brasília, Jackson reiterou a possibilidade da abertura de uma zona franca para produtos brasileiros, em Georgetown, a inauguração de uma agência do Banco do Brasil e participação da Petrobrás em estudos para prospecção de petróleo em território guianense. Também convidou o governador de Roraima, brigadeiro Otomar de Souza Pinto, a uma visita oficial em Georgetown. Na opinião de Saraiva Guerreiro: "A visita do Governador de Roraima à Guiana contribuirá para ampliar o conhecimento das oportunidades de cooperação regional e favorecer o clima de

<sup>19</sup> Secreto. Informação para o Senhor Presidente da República. "Auxílio Financeiro a Guiana". Sem data.

<sup>20</sup> *Ibidem*.

<sup>21</sup> A confirmação dessa cifra encontra-se num relatório de apresentação do novo embaixador da Guiana no Brasil, datado de 12 de julho de 1978. "Informação sobre a Guiana. Apresentação de Credenciais, de 12 de julho de 1978". (escrito a caneta na capa, "original ao Sr. Vice-Presidente).

<sup>22</sup> Secreto. Informação para o Senhor Presidente da República. "Reunião sobre o Pacto Amazônico". 30 de novembro de 1977.

<sup>23</sup> Secreto. Informação para o Senhor Presidente da República. "Relações Brasil-Reino Unido. Audiência com o secretário de Estado para Negócios Estrangeiros". 31 de julho de 1980.

<sup>24</sup> Secreto. Informação para o Senhor Presidente da República. "Relações Brasil-Argentina. Visita do Presidente Jorge Rafael Videla. Conversações". 15 de agosto de 1980.

confiança e de bom relacionamento entre os dois países”.<sup>25</sup> Além do *staff* do governador iriam técnicos do Itamaraty e representantes da câmara de comércio de Roraima.

### 3 A segunda crise da Guiana

No início de 1980, entrou em cena novamente o reclamo fronteiro da Venezuela em relação à Guiana Essequiba (2/3 do território guianês). O acordo para congelamento da disputa expiraria em 1982, e a diplomacia de Caracas avisara Brasília que o acordo não seria renovado, reabrindo a disputa. A possível descoberta de petróleo na região, com a prospecção da Petrobrás, preocupava sobremaneira os venezuelanos. Uma eventual ocupação do território em litígio, por outro lado, certamente levaria a desestabilização do governo Burnham, com as preocupações de praxe com a oposição marxista.

Por motivo da visita do presidente Figueiredo à Alemanha Ocidental, em maio de 1981, o Itamaraty preparou um extenso memorando objetivando municiar o presidente com informações gerais da política externa brasileira, para serem utilizadas, quando pertinentes, nos encontros com as autoridades germânicas em Bonn.

Interessante o que se analisou a respeito do Caribe, nesse contexto bastante conturbado. Ao pontuar as diferenças do governo Figueiredo em relação ao governo Geisel o Itamaraty afirmou: “crescente importância atribuída à Guiana e Suriname, países limítrofes com o Brasil, situados numa faixa de instabilidade”.<sup>26</sup>

Posteriormente, ao resumir a região de uma maneira mais geral, assim as informações foram passadas ao general presidente:

Politicamente, a região assiste à erosão da hegemonia norte-americana, e, paralelamente, à retirada das potências coloniais (a Inglaterra). Isto facilita a fluidez e a instabilidade, embora não signifique que Cuba substituirá automa-

ticamente os EUA e a Inglaterra na área. A situação é complexa: os países têm agudo sentido nacionalista [...] A atitude brasileira é de não exagerar o conteúdo e o sentido das crises caribenhas.... Há razões para preocupação, mas não para pânico, de curto prazo [...] O ativismo cubano está sendo estimulado pela deterioração da situação internacional e serve como válvula de escape para dificuldades internas. Mas tem limites. É preciso política hábil, não restrita ao militar e à segurança, para contrapor duradouramente o ativismo cubano [...] Além da Guiana, que compartilha as condições de país caribenho e americano do sul (e faz fronteira com o Brasil), o Brasil tem avançado muito em sua cooperação com Trinidad e Tobago.<sup>27</sup>

Alguns dias depois, o Itamaraty confeccionou um relatório metucioso e extenso sobre a Guiana e o Suriname, analisando a conjuntura da época e a história pregressa, com destaque para as relações com o Brasil, seus entraves, perigos e oportunidades. No documento discutido com Figueiredo, constava:

A política interna da Guiana e do Suriname (sobretudo a deste último), tem revelado grande instabilidade [...] No plano ideológico, essa instabilidade se tem traduzido em oscilações entre posições moderadas e radicais. As ideias marxistas contaram sempre com a simpatia de certos setores trabalhistas e intelectuais. Tais ideias se identificaram, desde o início da luta pela independência, com o movimento anticolonialista do Terceiro Mundo por lhe darem um embasamento doutrinário, por se oporem ao capitalismo das metrópoles, por assegurarem o apoio desembaraçado dos Estados socialistas contra as potências coloniais europeias.<sup>28</sup>

Feita essas lúcidas observações, o ministro observava que, malgrado as ligações com as nações socialistas, as trocas comerciais de ambos significavam 90%, no caso da Guiana, e 95%, no caso do Suriname, com países do ocidente capitalista. Ao contrário de Portugal, que não teria desistido das suas colônias e, por isso, teria enfrentado guerras de independência, Holanda e Inglaterra teriam demonstrado senso de oportunidade, ao liberar as suas colônias antes que

<sup>25</sup> Confidencial. Informação para o Senhor Presidente da República. “Convite ao Governador de Roraima para visitar oficialmente a Guiana”. 26 de fevereiro de 1981.

<sup>26</sup> Secreto. Informação para o Senhor Presidente da República. “Brasil-RFA. Visita presidencial. Conversações em Bonn”. 8 de maio de 1981.

<sup>27</sup> *Ibidem*.

<sup>28</sup> Secreto. Informação para o Senhor Presidente da República. “Guiana e Suriname. Cooperação com o Brasil”. 11 de maio de 1981.

sentimento nacionalista levasse à guerra.<sup>29</sup>

Após ressaltar a distância dos países socialistas, do ponto de vista comercial, de Guiana e Suriname, o relatório ressaltava:

Ultimamente, no entanto, existem indícios de relativa aproximação de Cuba e Guiana, a exemplo da visita do Chanceler cubano a Georgetown, empreendida há algumas semanas, e do próprio Fidel Castro, há poucos meses [...] Parece-me, assim, muito oportuno intensificar o intercâmbio do Brasil com os dois países, em especial com a Guiana, que necessita ter diante de si alternativas capazes de evitar um incremento de seus laços com Cuba.<sup>30</sup>

Como já era do conhecimento do presidente, a diretriz venezuelana de não renovar o congelamento da disputa territorial, afirmada em um tratado em Trinidad e Tobago, em 1970, colocava o governo da Guiana em estado ainda mais periclitante.

Politicamente, é inegável nosso interesse na estabilidade política de dois países que se limitam com a nossa imensa e despovoada região norte. Ousaria dizer que é uma das poucas áreas em que é vital para o Brasil ter Governos bem dispostos [...]. O estabelecimento de um governo marxista de observância russo-cubana em qualquer um deles forçosamente criaria problemas sérios para o Brasil.<sup>31</sup>

Dessa forma, seguia o vaticínio de incrementar muito mais as disposições do Brasil na região, até porque esses países demonstraram vontade de integração ao continente via participação ativa na OTCA. Franquear-se-ia, outrossim, a projeção brasileira no Caribe.

Embora o intercâmbio comercial brasileiro não significasse nem 5% do comércio total de cada país, identificavam-se pontos de possíveis crescimentos de intercâmbio econômico. Sobretudo com a Guiana, que até um adido militar brasileiro já possuía,

e diversos projetos relativos a petróleo, rodovias, manufaturas etc. "Por se tratar de países de escassos recursos, população exigua e reduzida dimensão territorial e, principalmente, em virtude de serem eles vizinhos de nosso país deveríamos elegê-los candidatos a receberem cooperação prioritária".<sup>32</sup>

Seguia-se uma detalhada planilha de projetos e custos para a construção de pontes e rodovias que ligassem Manaus e Boa Vista com Georgetown. Já havia um entendimento prévio de ajuda da CA-CEX à Andrade Gutierrez nesse sentido. Madeira, manufaturas e produtos agrícolas era o potencial imediato do Brasil para transitar até a capital da Guiana, e de lá para o Caribe. Naquela época, só havia ligação terrestre do norte do Brasil com uma única capital do entorno, Caracas. A construção se daria em fase que começaria em 1981 e terminaria em 1984, ao custo de cerca de US\$ 45 milhões.<sup>33</sup>

Havia, naquele momento, poucas ligações aéreas com o Caribe, que se queria sanado com a inauguração de voos regulares de Manaus para Georgetown. Assim também com conexões marítimas, que existiam mais eram "muito irregulares", e telecomunicações.<sup>34</sup>

Como a Guiana não possuía hidrelétricas e não produzia petróleo, a dependência de combustível era total. Na questão do álcool, o Brasil se encontrava prontamente capacitado para suprir esse país. Para a adaptação da economia guianesa ao álcool brasileiro, calculava-se um custo de CR\$ 1,5 milhões.<sup>35</sup>

Na questão de óleos comestíveis vislumbrava-se a cooperação imediata do Brasil, assim como vacinas, treinamento para médicos e sanitaristas, intercâmbio de quadros médicos e remédios.

Na área cultural, o envio de professores de português para a Universidade da Guiana, oferta

<sup>29</sup> "Contudo, a evolução dos dois países tem sido marcada pelo alto grau de envolvimento das economias guianense e surinamense com as economias ocidentais: o intercâmbio comercial da Guiana com o Ocidente atinge a 90% de suas exportações, e o do Suriname a mais de 95%. No caso deste último país, temos ainda a considerar a importante ajuda econômica holandesa, negociada por ocasião da independência, que prevê doações anuais variáveis a partir de um fundo total de 1,2 bilhões de dólares (do qual ainda resta cerca de 1 bilhão a ser aplicado). Não menos importante foi o senso de oportunidade que tanto o Reino Unido quanto os Países Baixos revelaram em não resistir aos movimentos nacionais além do que a evolução da conjuntura aconselhava, mas, pelo contrário, em preparar essas duas colônias para a independência ordenadamente (ao contrário do que Portugal fazia em África, à mesma época". Secreto. Informação para o Senhor Presidente da República. "Guiana e Suriname. Cooperação com o Brasil". 11 de maio de 1981.

<sup>30</sup> *Ibidem.*

<sup>31</sup> *Ibidem.*

<sup>32</sup> *Ibidem.*

<sup>33</sup> *Ibidem.*

<sup>34</sup> *Ibidem.*

<sup>35</sup> *Ibidem.*

de bolsas de estudos para alunos da Guiana estudarem no Brasil, além do patrocínio de artistas brasileiros para lá se apresentarem. Lembrava o chanceler brasileiro: "A área cultural, do lado da militar, é daquelas nas quais Cuba não tem poupado esforços no sentido de intensificar a cooperação com a Guiana, investindo várias vezes mais do que o Brasil".<sup>36</sup>

Por fim, nessa esfera militar, o que já estava sendo feito, e poderia ser potencializado, dizia respeito ao aumento dos alunos guianeses nos cursos da marinha e do exército brasileiro. Solicitava-se verba para manutenção do pessoal militar guianense no Brasil, custeio de passagens e bolsa de estudos. 500 mil cruzeiros saltaria o custo anual.<sup>37</sup> Todos esses acordos foram sacramentados com a visita de Ramiro Saraiva Guerreiro na Guiana, em janeiro de 1982, e a contrapartida de Forbes Burnham, que viajou ao Brasil pela primeira vez e se encontrou com Figueiredo em outubro daquele mesmo ano. Firmou-se o Tratado de Amizade e Cooperação.

Enquanto isso, os EUA vetavam ajuda a Guiana, destoando da importância que o Brasil enquadrava o vizinho. Em conversa com Thomas Enders, Secretário assistente do Departamento de Estado, o chanceler brasileiro indagava o motivo que levariam o governo norte-americano a vetar, no Banco Interamericano de Defesa (BID), um generoso financiamento para a produção de arroz na Guiana:

Enders disse que a atitude dos EUA não era "política", mas decorreria de uma linha mais rigorosa na aprovação de projetos de assistência econômica multilateral. Reconheceu que a atitude dos EUA poderia ser mal interpretada [...] A simples leitura do arrazoado apresentado por Washington no BID me faz pensar que existe realmente uma razão de fundo político.<sup>38</sup>

O financiamento em tela era baixo, na ótica de Saraiva Guerreiro, constando de 20 milhões de dólares, quantia ínfima se comparado aos outros projetos em diversos países que os EUA viabilizavam através do BID. O entendimento de que Washington

analisava como demasiado forte a presença do Estado na economia da Guiana, por isso a negativa.

Sobre a relação dos Estados Unidos com a Guiana, o historiador Festus Bortherson Jr. assinalou a política de boicote, forte ao ponto de inviabilizar a experiência cooperativista sem, todavia, fortalecer o PPP ao ponto desse conquistar o poder:

O governo dos Estados Unidos estabeleceu limites e pressões sobre a Guiana para garantir que a experiência socialista falharia enquanto, ao mesmo tempo, permitiria à Burnham permanecer no cargo. Os Estados Unidos bloquearam as aplicações da Guiana no Banco Mundial e outras agências Ocidentais de ajuda no tocante a créditos e empréstimos. Garantiu que o Fundo Monetário Internacional impusesse condições draconianas para qualificar o país enquanto apto para receber assistência, condições antitéticas para a política econômica socialista. A superpotência também frustrou os esforços da Guiana de vender, no mercado mundial, os produtos das companhias norte-americanas e canadenses produtoras de bauxita, nacionalizadas pelo governo guianense (BROTHERSON JR., 1989, p. 18).

Para além disso, os EUA cederam equipamentos militares, contrariando sua regra de não prover material de ponta para países latino-americanos, como caças F-16 para Venezuela, nos momentos de maior tensão em relação à disputa fronteiriça. "Alguns analistas políticos comentaram a coincidência de sempre que a Guiana deu um passo na retórica e nas políticas socialistas, a Venezuela aumentou seus reclamos territoriais" (BROTHERSON JR., 1989, p. 18).

Pela ocasião da visita do vice-presidente George Bush ao Brasil, em outubro de 1981, o Itamaraty preparou um dossiê para o presidente Figueiredo, subsidiando análises de política externa a serem utilizadas no encontro entre ambos, com uma forte crítica a linha adotada por Washington. Sobre a América Latina, reiterou que o Brasil vinha considerando com "crescente importância" a Guiana e o Suriname. Confirmou ao presidente brasileiro a política oposta de Washington. Nas palavras do Ministro das Relações Exteriores:

<sup>36</sup> *Ibidem*.

<sup>37</sup> *Ibidem*.

<sup>38</sup> Secreto. Informação para o Senhor Presidente da República. "Brasil-EUA. Visita do Secretário de Estado Assistente, Senhor Thomas Enders. Contatos no Itamaraty. Temas Políticos. (o documento contém muitas rasuras e não está datado. Pela localização no arquivo do MRE, sugere ter sido produzido no segundo semestre de 1981).

Além dos ataques a Cuba, os alvos dos EUA são Grenada (sic) e, menos ostensivamente, Guiana. As pressões sobre os dois países se exercem sobretudo através de organismos multinacionais de financiamento, como o Banco Mundial e o BID, para que não sejam concedidas facilidades de crédito. A política norte-americana em relação à Guiana parte de premissas débeis. A criação de dificuldades para a Guiana, num momento que enfrenta um delicado problema internacional com a Venezuela (questão de fronteiras), poderá forçar aquele país a intensificar seus laços com os países socialistas.<sup>39</sup>

Após o destaque de que o vizinho passava por um dos momentos mais decisivos de sua história, Saraiva Guerreiro afiançava:

Por essas razões, o Brasil tem mantido, sem alteração, as suas relações com a Guiana, estimulando mesmo a que cresçam as formas bilaterais de cooperação. Apoiamos a postulação guianense para integrar o Conselho de Segurança das Nações Unidas, nos próximos dois anos.<sup>40</sup>

Ao comentar a situação no Suriname, o chanceler brasileiro afirmou que os EUA costumavam ser "alarmistas", na contramão da política brasileira de concórdia e espraiamento de sua influência. Cuba, apesar de ser um elemento importante na região, "não é a causa dos problemas (que têm origem nacional)".<sup>41</sup>

A valorização da Guiana na política externa, além da questão ideológica, passava pela crise interna que o país estava envolto, gerando preocupações na questão da estabilidade do regime. Para a diplomacia brasileira:

O ano de 1982 foi marcado pela maior crise econômica enfrentada pela Guiana em seus 17 anos de vida independente [...] A deterioração econômica do país tem gerado perigosa insatisfação do povo, sujeito à escassez ou falta de gêneros de primeira necessidade, ao funcionamento deficiente dos serviços essenciais e ao desemprego crescente.<sup>42</sup>

De acordo com o documento citado, o Brasil permitiu um regime especial de vendas, descar-

tando licenças de exportação, o que facilitou a compra no atacado de produtos manufaturados e agrícolas, na fronteira com Roraima, e a sua revenda em todo país, sobretudo na capital. Saraiva Guerreiro chamou atenção para a necessidade de uma ajuda contínua e estruturada com esse vizinho, para apagar a impressão, segundo ele existente na Guiana, de que o Brasil só se interessava em ocasiões de "reflexo de riscos de tensões político-ideológicas indesejáveis, próximas à sua fronteira".<sup>43</sup>

#### 4 O fim do regime na Guiana

A morte de Forbes Burnham ocorreu em 6 de agosto de 1985. É o marco considerado para a desarticulação da economia cooperativista, de certa retórica socialista e das aspirações de aliança ao campo soviético e a Cuba. Para a diplomacia brasileira, Burnham havia consolidado a dominação da minoria negra (35% da população) contra a maioria indiana (50,8%). Se manteve no poder por conta da radicalização do maior partido da oposição e seu líder indiano, Cheddie Jagan, uma opção de poder que o Brasil e os EUA não apoiariam em nenhuma hipótese. A perspectiva era de uma transição pacífica, embora com riscos, caso a União Soviética abrisse novo campo de atrito com os Estados Unidos. Isto é, Jagan teria que seguir afastado do poder. Por outro lado, o desaparecimento de quem governou o país ininterruptamente nos últimos dezenove anos, poderia abrir uma crise de legitimidade, facultando conflitos mais agudos. A crise econômica preocupava:

Neste momento político de graves contornos na Guiana, o empobrecimento do país, à quase completa falta de assistência financeira do exterior e a falta de perspectiva de alívio econômico tornam a situação interna potencialmente explosiva. O carisma de Burnham atenuava este perigo e não cabe dúvidas que

<sup>39</sup> Secreto. Informação para o Senhor Presidente da República. "Relações Brasil-EUA. Visita oficial do Vice-Presidente George Bush ao Brasil. 13 de outubro de 1981.

<sup>40</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>41</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>42</sup> Secreto. Informação para o Senhor Presidente da República. "Guiana. Situação Interna e Relações com o Brasil. Cooperação". 23 de maio de 1983.

<sup>43</sup> *Ibidem.*

seu desaparecimento deixa o país substancialmente mais vulnerável.<sup>44</sup>

Em 9 de dezembro de 1985 ocorreram as primeiras eleições dessa nova fase da história da Guiana. Novamente com suspeitas de fraude, o partido governista elegeu o presidente, Hugh Desmond Hoyte, que havia sido vice-presidente de Burnham e estava no cargo de forma interina, mais a maior bancada no congresso nacional e nos congressos regionais. No total, 78% dos votos para o PNC. De acordo com o Itamaraty:

A indiscutível vitória eleitoral e o decorrente reforço de sua base de sustentação no poder deverão permitir a Hoyte imprimir um cunho mais pessoal à condução política guianense, liberando-se – como aparentemente deseja – de retórica não-alinhada e do modelo de “socialismo cooperativista”.<sup>45</sup>

Os acordos firmados sob a égide do Tratado de Amizade e Cooperação tiveram pouca duração no tempo. A Guiana atrasou o pagamento dos juros, o que fez o Brasil cancelar as linhas de crédito implementadas na ocasião. A crise econômica, que no relatório é acusada de prejudicar “ambos os países”, foi culpada pelo não desenvolvimento da lista de cooperação e auxílio que havia sido pensado no ministério de Saraiva Guerreiro. Mesmo a questão rodoviária havia caminhado timidamente.

Naquele estágio, a recomendação do ministro foi de abolir a exigência de vistos para cidadãos guianenses entrarem como turista no Brasil e vice-versa. Paulo Tarso Flecha de Lima sugeriu retomar os acordos comerciais, políticos, rodoviários e de intercâmbio técnico científico, em suma, o que constava já nos acordos prévios de 1982. Outro problema levantado repousava no Suriname, que acabara ganhando prioridade na política externa brasileira por conta da intervenção do Itamaraty na crise política desse país (BANDEIRA, 2003, p. 458), o que desagradava

imensamente os políticos e a elite guianesa. Por fim, concluía o ministro:

Não posso deixar de ressaltar que a situação econômico-financeira da Guiana, já precária no momento atual, tenderá a deteriorar-se no futuro previsível. A cooperação com a Guiana, por parte do Brasil, teria, em consequência, um caráter nitidamente assistencial e o objetivo de evitar que o país resvale para o caos. Embora sem um retorno imediato, essa assistência talvez pudesse contribuir para diminuir a possibilidade de agravamento da conjuntura econômico-social no país vizinho, o que, se acontecer, poderá exigir a mobilização de recursos nacionais ainda mais vultosos.<sup>46</sup>

Se o presidente José Sarney acatasse essas indicações, a sugestão era do convite oficial para que o presidente Hoyte visitasse o Brasil, ainda no ano de 1986. No cabeçalho desse documento, acrescentado posteriormente e assinado por Sarney, constava a seguinte frase:

De acordo. Vincular ao Projeto da Calha Norte, coordenado com os órgãos envolvidos (Minifaz, CACEX, Transportes) e a Secretaria Geral do CSN. O encontro de alto nível deve culminar um processo gradual de intensificação das relações bilaterais, a fim de contar com substância e não gerar expectativas irrealistas.<sup>47</sup>

Uma nova fase nas relações Brasil-Guiana se iniciou. Sem o tensionamento ideológico do socialismo cooperativista e da carga de segurança e pragmatismo envolvida na política externa do regime militar. Por um lado, a Guiana passou a construir um relacionamento mais estreito com os EUA, tanto na esfera comercial quanto na esfera política, desanuviando o cenário de suspeitas e de negação de aportes financeiros. Na eleição de 1992, onde Cheddi Jagan se tornou presidente, Washington enviou funcionários para auxiliar no processo de escolha e na apuração dos votos. (RABE, 2005). Por outro, o Brasil, embora seguisse encarando o vizinho pelo viés da segurança, praticou uma diplomacia mais preocupada com o comércio e as potencialidades econômicas,

<sup>44</sup> Confidencial. Informação para o Senhor Presidente da República. “Política. Brasil-Guiana. Falecimento do Presidente Forbes Burnham. Perspectivas”. 9 de agosto de 1985.

<sup>45</sup> Secreto. Informação para o Senhor Presidente da República. “Guiana. Política Interna. Eleições. Relações com o Brasil. 15 de janeiro de 1986.

<sup>46</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>47</sup> *Ibidem.* Adendo com data de 23 de janeiro de 1986.

em sintonia com as diretrizes do Itamaraty nos governos civis da Nova República.

### Considerações finais

A Guiana desde o início do século XX foi palco de intensas lutas sociais, com a formação de sindicatos e partidos políticos de viés socialista. Uma longa duração explica a manutenção desse sentimento político no seio de sua população, mesmo que fraturada etnicamente (SPINNER JR., 1984).

A conjuntura aberta nos anos 1960 galvanizou ainda mais essas referências, apropriadas tanto pelo governo quanto pelo partido de oposição. Com os Estados Unidos atuando na região sob a ótica da Guerra Fria, o Brasil em pleno regime militar, o avanço de outros governos e movimentos de referenciais socialistas no entorno e o imbróglgio lindeiro com a Venezuela, se montou um cenário complexo de múltiplos fatores em jogo.

Na década de 1970, a crise do Petróleo e a errática trajetória do mercado internacional ajudou a comprometer o desenvolvimento econômico da Guiana. Boicotada pelos EUA, teve no Brasil seu principal parceiro, o qual recorreu reiteradas vezes, não obstante a retórica internacional de país não alinhado e terceiro mundista.

O Brasil, por sua vez, normatizou as relações políticas na Amazônia e demonstrou capacidade para auxiliar o governo guianês, tendo em vista sua estabilidade e compromisso em defender a segurança na região contra possíveis avanços de grupos políticos indesejáveis. O período da política externa brasileira, que conquistara certa autonomia no alinhamento com Washington, permitiu essa diretriz.

Assim, amparou a república cooperativa em duas grandes crises econômicas, desenvolveu uma série de protocolos de amizade e cooperação e garantiu que a mesma não perdesse sua soberania lindeira. Nos anos 1980, foi notável a projeção brasileira tanto na Guiana quanto no Suriname, fechando o norte amazônico dentro de sua zona de influência.

A Guiana permaneceu um dos países mais pobres da região, com péssimos indicadores econômicos e sociais. A crise da dívida e a dimi-

nuição do crescimento brasileiro atrapalharam a implementação dos planos bilaterais de obras e financiamentos, relegando aos dois vizinhos um ambiente de distanciamento e incompreensão. A dificuldade do poder público guianês de arrecadar e investir contribuiu para a não absorção de grande parte da sua população no setor produtivo, de sorte a campear a informalidade e a busca de emprego em outros países.

Uma espécie de sociedade onde "o Estado ainda se mostra como um eterno ausente" (PROCÓPIO, 2007, p. 97), nas palavras certas de Argemiro Procópio.

### Referências

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. *Ofícios e Despachos dos Chanceleres com a Presidência da República (série 1960-1980)*. Guiana. Telegramas e Cartas Telegramas confidenciais.

BANDEIRA, Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: Da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BROTHERSON JR, Festus. The Foreign Policy of Guyana, 1970-1985: Forbes Burnham's Search for Legitimacy. In: *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*. Vol. 31, n. 3. 1989. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/165891>. <https://doi.org/10.2307/165891>

DALY, Vere. *The Making of Guyana*. London: Macmillan Publishers, 1985.

LIMA, Erick Cavalcante Linhares. *Política Externa do Vizinho Distante*. Estudo de Caso da República Cooperativa da Guiana. Tese (Doutorado) – UNB, Brasília, 2011.

PROCÓPIO, Argemiro. A Amazônia Caribenha. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, n. 50, p. 97-117, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292007000200007>

RABE, Stephen. *US Intervention in British Guiana: A cold war history*. Washington: North Carolina Press, 2005.

RODNEY, Walter. *A History of the Guyanese Working People, 1881-1905*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1981.

SPINNER JR, Thomas. *A Political and Social History of Guyana, 1945-1983*. Colorado: Westview Press, 1984.

THOMAS, Clive. State Capitalism in Guyana: an Assessment of Burnham's Co-operative Socialism Republic. In: FITZROY, Amburley and COHEN, Robin (ed). *Crises in Caribbean*. New York: Monthly Review Press, 1983.

VIZENTINI, Paulo. *A Política Externa do Regime Militar Brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

---

**Iuri Cavlak**

Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) em Assis, SP, Brasil. Professor da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) em Macapá, AP, Brasil.

---

**Endereço para correspondência**

Iuri Cavlak

Universidade Federal do Amapá

Rodovia Juscelino Kubitschek, km 2

Jardim Marco Zero, 68903419

Macapá, AP, Brasil